

CARLA ALFERES PINTO

S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque  
e os bombardeiros alemães.  
Um episódio artístico em Cochim\*

Em Dezembro de 1500, o que restava das treze embarcações capitaneadas por Pedro Álvares Cabral, que haviam zarpado de Lisboa em Março, deixou Calecute e deslocou-se para Sul do Índico a caminho de Cochim (Kuchi) e da desejada pimenta, com a qual contava encher os porões dos navios antes de regressar ao Atlântico e a Lisboa. A viagem correu bem e melhor ainda a receção do rajá Unni Godavarma Koil Tirumulpad<sup>1</sup>, que pretendia o apoio dos Portugueses para se libertar do jugo do samorim muçulmano de Calecute. Embora as negociações comerciais com as autoridades locais ainda não estivessem concluídas, a armada teve de partir, deixando em terra nove portugueses.

É do estabelecimento fortuito destes portugueses e dos acontecimentos adversos em torno da hostilidade declarada entre o samorim de Calecute e o rajá de Cochim que nascerá o entreposto português e a cidade de Santa Cruz de Cochim ou, como é vulgarmente conhecida, Cochim-de-Baixo<sup>2</sup>, a única cidade em território malabar, alcançado pelos Portugueses, que não estava sob o domínio de soberanos muçulmanos.

Os meses seguintes foram penosos para os portugueses em terra. Mantendo uma estrutura muito reduzida, essencialmente virada para a captação e comércio da pimenta, conseguiram assegurar a sua presença até à chegada da armada de 1502, comandada por Vasco da Gama e portadora de diretrizes de Lisboa: organizar uma feitoria em Cochim e assegurar a defesa desta, através da manutenção de uma pequena força naval permanente, composta por cinco navios.

\* Gostaria de deixar o meu agradecimento aos Doutores Hélder Carita, José Alberto da Silva Tavim, Nuno Senos, Rafael Moreira e Zoltán Biedermann pela sua generosa colaboração para a escrita deste texto.

<sup>1</sup> Pius MALEKANDATHI, *The Germans, the Portuguese and India*, New Brunswick-London 2000, p. 32. Na sua *Crónica* Damião Peres chama-lhe Trimupata.

<sup>2</sup> Sobre a presença dos portugueses em Cochim e a importância do estabelecimento da feitoria ver Jean AUBIN, *L'apprentissage de l'Inde. Cochim 1503-1504*. In: *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisbonne-Paris (1996), p. 49-110. A denominação comum da cidade é feita por oposição à da cidade hindu construída poucos quilómetros acima.

Não fora a presença da esquadra de Vicente Sodré e a feitoria portuguesa de Cochim não se distinguiria de qualquer outro entreposto comercial muçulmano; nas palavras de Jean Aubin, que seguiu, «a feitoria de Cochim era uma *casa* dada pelo rajá».<sup>3</sup>

Na alvorada deste século XVI não estava prevista a construção de fortaleza alguma. Os acontecimentos políticos e militares iriam mudar essa estratégia. A conflitualidade entre Calecute e Cochim instalara-se e arrastava os mercadores portugueses que viram, na Primavera de 1503, a cidade hindu ser queimada e arrasada pelo Samorim, precipitando a evacuação da feitoria e a fuga dos seus funcionários e do rajá para a ilha sagrada de Vaipim.

Nesse mesmo ano, nova armada chegou, trazendo por capitães Afonso e Francisco de Albuquerque e António Saldanha. Francisco de Albuquerque, cuja nau arribou em primeiro lugar a porto seguro, foi logo alertado por Diogo Fernandes Correia, um dos responsáveis na defesa naval dirigida por Vicente Sodré, e pelos escrivães do entreposto para a necessidade de se construir uma fortaleza que albergasse a feitoria. Assim, Francisco de Albuquerque dirigiu-se ao rajá, solicitando o espaço para a construção de uma casa forte. A proposta teria suscitado o desagrado dos dirigentes de Cochim, já que temiam que se construísse demasiado perto de terreno sagrado, junto ao templo ou à residência real. Como o rajá não pudesse recusar o apoio dos Portugueses nesse momento, acabou por ceder, e oi-lhe prometido que a construção seria erguida longe do aglomerado malabar.

As fundações foram abertas no dia 18 de Setembro de 1503, uma segunda-feira, já sob a direção de Afonso de Albuquerque, que entretanto chegara e dividira com o primo as tarefas que havia a desempenhar: aquele supervisionando o trato; este construindo a fortaleza. A construção, modesta – e com o propósito de proteger a feitoria dos ataques que pudessem vir da zona da barra e do mar e não de terra –, era um simples forte quadrangular em madeira, com duas filas de troncos de palmeiras e de coqueiros encadeados por ferro, cujos intervalos eram cheios de terra.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> AUBIN, L'apprentissage, p. 51. Tradução minha.

<sup>4</sup> Esta construção foi levada a cabo entre 1504–1505 por Diogo Fernandes Pereira, tendo sido nomeada de formas diversas. O «castelo Manuel», como é normalmente chamado, subsistiu ao lado do novo forte de Santiago, a construção em pedra erguida por D. Francisco de Almeida entre 1505–1506. Cf. AUBIN, L'apprentissage, p. 61–62. Segundo Gaspar Correia, o nome teria sido dado pelo rajá Unni Godavarma Koil Tirumulpad: «Elle [rajá] disse: 'ElRey meu Irmão se chama Manuel, também esta casa, e pouoação se chama Manuel.'» Gaspar CORREIA, Lendas da Índia. In: Rodrigo José de Lima FELNER (dir.), Lisboa 1858, Livro Primeiro, Tomo I, «Armada dos Albuquerque – Ano de 1503», cap. IV, p. 394. Sobre a cidade veja-se o importante texto de José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, A cidade portuguesa de Santa Cruz de Cochim ou Cochim Baixo. In: Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard, Lisboa 2002, p. 135–189.

Foi inaugurada no dia 1 de Novembro de 1503 com festa e celebração de uma missa cantada, na qual pregou frei Domingos de Sousa, dominicano e mais tarde vigário geral da Índia, que havia chegado na armada dos primos Albuquerque. O rajá Tirumulpad, que, na sequência da fuga provocada pelo ataque do samorim de Calecute, tomara também como sua a questão da defesa da feitoria de Cochim, assiste ao acontecimento, fazendo-se transportar num imponente elefante, devidamente rodeado pela escolta de soldados naires: «posarão na tranqueira muytas bandeiras, e altar armado na casa grande, e Francisco d'Albuquerque veio á festa, e todos os capitães e gente vestidos louços, onde se disse missa solemne, que hauia muytos clérigos, [...] e acabado tudo com trombetas e folias, houve grande banquete, onde vierão ver muytos Mouros e gente da terra [...] pólo El Rey cumprir, quis honrar a festa, e sobio em seu alifante, com muytos Naires, e veio ver a festa.»<sup>5</sup>

Entende-se pelas novas diretrizes de Lisboa que a Coroa se apercebia do potencial estratégico-diplomático e evangelizador que Cochim ia adquirindo e, assim, criava condições para o florescimento de uma sociedade à imagem da portuguesa. Senão veja-se: com a armada de Pedro Álvares Cabral haviam chegado os Franciscanos; agora já se encontravam presentes Dominicanos (a estes se seguiriam os Jesuítas e depois os Agostinhos), celebrando, entretanto, a fixação militar e social dos portugueses.

Cochim-de-Baixo crescia e, por esta altura, a povoação ascenderia a cerca de 600 habitantes de origem europeia. A historiografia portuguesa tem mencionado estes habitantes como «portugueses»<sup>6</sup>, em contraponto aos convertidos, que eram numerosos<sup>7</sup>; estou em crer que esta designação deve ser reavaliada e, provavelmente, reinterpretada para a mais abrangente designação de «europeus». Sabemos que na armada de Pedro Álvares Cabral (e nas seguintes) seguiam bombardeiros «alemães»<sup>8</sup> e que estes foram mantidos no terreno, para auxiliar à defesa da barra e da costa

<sup>5</sup> CORREIA, Lendas, Livro Primeiro, Tomo I, «Armada dos Albuquerque – Ano de 1503», cap. IV, p. 394.

<sup>6</sup> António da Silva REGO, História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia. Vol. I (1500–1542), Lisboa 1949, p. 106; TAVIM, A cidade, p. 137.

<sup>7</sup> Não só devido às esmolas que Afonso de Albuquerque mandara fazer em nome do rei mas, também, por possibilitar o acesso ao hospital de Santa Cruz de Cochim, fundado em 1506. REGO, História, p. 129–134; TAVIM, A cidade, p. 138.

<sup>8</sup> Esta expressão designa muitas vezes súbditos de outras nações, nomeadamente, originários do Norte da Europa e da Flandres; «o termo 'Alemanha', por seu lado, significava geralmente toda a extensão do Santo Império Romano-Germânico, desde o Mosa, a ocidente, até quase ao Vístula, a oriente, e desde o Ágide, a sul, até ao estreito do pequeno Belt, a norte; nele se incluíam os territórios da Flandres e do Brabante e toda a Boémia e a Morávia; a própria Confederação Helvética só em 1648 se viria a separar, de direito, da comunidade imperial.» A. H. de Oliveira MARQUES, Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI. In: Portugal Quinhentista (Ensaíos), Lisboa 1987, p. 10.

de Cochim. Por outro lado, em 1503 já estavam de pé duas construções religiosas: a capela de Santa Cruz e o oratório de S. Bartolomeu.

A capela de Santa Cruz, erguida antes da chegada de Francisco de Albuquerque, foi por ele intitulada<sup>9</sup>, provavelmente em louvor da chegada em 1500 ao Brasil, na viagem inaugural do estabelecimento do comércio efetivo e eficaz da pimenta com o rajado malabar.

Já o oratório de S. Bartolomeu, de acordo com as palavras de João de Barros (1496–1570), foi mandado construir por Afonso de Albuquerque (1462–1515). É certo que, no mesmo parágrafo em que faz a referência ao oratório, João de Barros se engana na nomeação da fortaleza, que chama «de Santiago», atribuindo a invocação à particular devoção que Albuquerque tinha ao santo. O texto terá sido escrito décadas depois dos acontecimentos (foi publicado em 1552) e é natural que haja alguma confusão na interpretação dos nomes e responsáveis pelas edificações da fortaleza.

Na crónica, Barros escreve, então: «a qual [fortaleza] se fundou onde óra esta a casa do Almazem da ribeira e assy fundou h~uma jgreja do orago de Sã Bartholomeu no pprio lugar ode ajnda está.»<sup>10</sup>

Ora, precisamente, S. Bartolomeu era a invocação das capelas ligadas à comunidade alemã em Lisboa, cidade que albergava nas suas muralhas e empregava nas suas ambições uma plêiade de mercadores e oficiais desta nação, particularmente aqueles ligados ao manejo, fabrico e manutenção de armas de fogo, da pólvora e de artilharia.

É certo que o santo permitia outras interpretações. Afinal, era tido como um dos evangelizadores da Índia, a par com S. Tomé, conforme o próprio rei refere, na conhecida carta ao samorim de Calecute em 1 de Março de 1500: «pera que possaes ver a doutrina da fee christã que temos, dada e instituída per Christo Jesus Noso Senhor; Noso Salvador a doze apóstolos discipulos seus, a qual despois de sua santa ressurreição foy por elles geralmente preguada e recebida por todo o mundo, dos quaes alguuns, a saber, Santhome, e San Bertholameu, pregarão nessas vossas partes da Índia.»<sup>11</sup>

Entretanto, os habitantes das costas indianas que haviam recebido as embaixadas comerciais portuguesas pronunciavam-se, afirmando que nos seus reinos (de credo muçulmano ou hindu), a haver cristãos, seriam herdeiros de S. Tomé.<sup>12</sup> Mas, por esta altura, à abundante e mercadejada

<sup>9</sup> AUBIN, *L'apprentissage*, p. 62.

<sup>10</sup> João de BARROS, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*, Lisboa 1998, Livro VII, cap. II, p. 252 (Fac-símile da 4.ª edição revista e prefaciada por António Baião, Coimbra, 1932). Os acentos gráficos precedem as letras que acentuam.

<sup>11</sup> António da Silva REGO, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia. Vol. I (1499–1522)*, Lisboa 1991 [1948], 2.ª ed., p. 19.

<sup>12</sup> Sobre este assunto veja-se José Manuel CORREIA, *Os Portugueses no Malabar (1498–1580)*, Lisboa 1997, p. 142.

pimenta contrapunha-se a procura dos cristãos, que a memória dizia existirem nas terras hindustânicas, e por isso D. Manuel, a sua corte e os seus almirantes aguardavam pelas boas novas. Pelo menos a partir de 1512, o monarca português assumiria S. Tomé como o evangelizador da Índia, sagrando a capela do seu novel paço na Ribeira (até então conhecida, precisamente, por «capela da casa da Índia») ao apóstolo incrédulo e quebrando a longa tradição das capelas reais dedicadas a S. Miguel.

\*\*\*

S. Bartolomeu é um dos mais indesvendáveis apóstolos que acompanhou Jesus Cristo.<sup>13</sup> De acordo com a memória herdada durante a Baixa Idade Média e que Santiago da Voragine (c. 1228–1298) – dominicano de origem italiana e arcebispo de Génova – fixou na *Lenda Dourada*, o nome pelo qual é conhecida a personagem que Miguel Ângelo fará representar no teto da Capela Sistina aprisionando na mão a própria pele, é de origem síria e não hebraica. Segundo o douto bispo, a palavra era composta por *bar* (filho), *tholos* (altura) e *moys* (água), podendo ser interpretada de duas maneiras: «filho do que mantém suspensas as águas nas alturas», ou seja, «filho de Deus», já que Deus era o único capaz de elevar até ao alto a mente dos doutores para que derramassem sobre a terra a chuva da doutrina, ou «filho do que se sustém a si mesmo», axioma conotado com a ideia de «consistência».<sup>14</sup>

A *Lenda Dourada* dá como certa a presença de S. Bartolomeu na Índia, tendo sido na sequência da sua tentativa de evangelização de reinos pagãos que acabaria martirizado: decapitado, esfolado ou crucificado, conforme as versões.<sup>15</sup> Continuando a leitura de Voragine, o corpo do santo teria sido levado da Índia para a ilha de Lipari na Sicília, onde se manteve até à invasão muçulmana de 381. Segundo a lenda, o corpo

<sup>13</sup> É, por exemplo, nomeado como Natanael no Evangelho de S. João.

<sup>14</sup> Santiago de la VORÁGINE, *La leyenda dorada*, Madrid 1992, 4.ª edição, vol. 2, p. 524 (Traduzido do latim por frei José Manuel Macias).

<sup>15</sup> Alguns dos doutores da Igreja contribuem para a polémica: S. Teodoro escreve que S. Bartolomeu foi esfolado e compara a importância da atuação e o seu valor para a religião à de S. Pedro; S. Doroteu dá-o como crucificado, introduzindo na descrição dos acontecimentos alguma variante geográfica que é interessante assinalar. Nas suas palavras: «S. Bartolomeu deu a conhecer o evangelho de S. Mateus aos índios, predicando-lhes na língua que falavam, e morreu crucificado de cabeça para baixo em Albana, cidade da extensa região da Arménia.» Cit. em VORÁGINE, *La leyenda*, p. 524 (tradução minha). Ora, ou Bartolomeu não foi martirizado na Índia tal como a lenda veicula ou, depois da sua tentativa de evangelização da Índia, voltou à Europa e, continuando a pregar, foi martirizado na Albânia. Ou, ainda, aquela que é sem dúvida a mais provável das hipóteses: antes das navegações modernas que foram cartografando os mares e as terras do mundo, a noção de Índia era em tudo mitificada, idealizada, e a extensão territorial de ação apostólica do santo confundia próximo, médio e longínquo oriente, como se Europa oriental e Ásia fossem realidades semelhantes ou sequer aproximadas. O relato de episódios relacionados com a santidade de Bartolomeu, ocorridos em toda a Europa e descritos por Voragine no seu texto, apenas vem confirmar o equívoco.

teria sido levantado, colocado numa caixa de chumbo e depois atirado ao mar por despeito pagão aos inúmeros milagres que a campã produzia. Todavia, Deus fê-la flutuar e chegar sã e salva às costas da ilha siciliana. Com a pilhagem muçulmana, os ossos teriam sido dispersos e a ilha arrasada. Foi então que S. Bartolomeu apareceu a um monge sobrevivente, ordenando-lhe que recolhesse os ossos dos campos onde haviam sido lançados, já que estes brilhavam como fogo durante a noite. O monge assim fez. Recolheu todos os ossos do santo e reunindo-os, levou-os a bordo de uma nau para Benevento, capital de Apúlia, onde se conservariam.

Santiago da Voragine não o refere mas, de acordo com a tradição, em 1238 (a *Lenda Dourada* foi publicada em 1264) o crânio de S. Bartolomeu teria sido levado para a catedral de Frankfurt-sobre-o-Meno, tornando-se patrono da cidade.<sup>16</sup> Patrono, também, de inúmeras profissões (particularmente aquelas associadas ao curtume e manejo de peles), é representado na liturgia da igreja com uma faca, ou alfange, e um pedaço de pele como atributos.

\*\*\*

Sendo, então, patrono de uma cidade alemã e tendo sido invocado pela mais vasta comunidade de origem germânica de Lisboa<sup>17</sup> como intercessor, que razões terão levado Afonso de Albuquerque a invocar na sua primeira construção (e apenas a segunda em todo o povoado) o nome de S. Bartolomeu? Considero que as razões se prendem com a sua ambição política e pessoal e com a fidelização de uma comunidade que lhe era cara e da qual necessitava: a dos bombardeiros de origem alemã.<sup>18</sup>

Albuquerque foi, ao longo dos cerca de quinze anos que viveu na Ásia, patrocinando uma série de obras artísticas que reproduzem um modelo de mecenato quinhentista tipicamente europeu. Tentando gerir

<sup>16</sup> MALEKANDATHIL, *The Germans*, p. 37, nota 30.

<sup>17</sup> Por exemplo, quando mais tarde a Irmandade fundou um hospital para a comunidade alemã foi, mais uma vez, S. Bartolomeu a ser invocado. Klaus MORSDORF, *A irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa, Lisboa-Munique 1957–58*, p. 13; A. H. de Oliveira MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média, Lisboa 1959*, p. 19–20.

<sup>18</sup> Veja-se, por exemplo, como ordena que a Fazenda Real contribua com dinheiro para a festa de S. Bartolomeu, a cargo dos bombardeiros alemães, em Ormuz. Carta datada de 11 de Maio de 1515: «Manoel da costa feitor durmuz e escrivães da dita feytoria ho capitam jerall vos mamdo que dees a corneles bombardeiro que ora tem cargo de fazer a festa de ssam bertolameu que fazem os bombardeiros mill reas pera ajuda da dita festa dos quaes lhe faço merçe ~e nome de sualteza e per este com asento dos ditos escrivães vos sera levado ~e comta (...) E bem asy lhe dares dinheiro pera comprar dous carneiros pera ajuda da dita festa de que lhe tamb~e faço merçe ...» Carta, Goa (1515 Maio 10), Lisboa, Direcção-Geral dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (daqui em diante DGAN – TT), Corpo Cronológico, parte II, maço 57, doc. 66, sem fol., transcrita em Raymundo António de Bulhão PATO (dir.), *Cartas de Affonso de Albuquerque. Seguidas de documentos que as elucidam publicadas de ordem da classe de sciencias moraes, politicas e bellas-lettas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa 1884–1935, vol. VI, p. 287.*

a sua posição junto do rei e junto dos seus correligionários, com destaque para o particularmente hostil «grupo de Cochim», que se opunha terminantemente à conquista de Goa, Afonso tinha um plano visionário para a Índia, com aspetos de carácter bélico, que implicava a conquista de terra, de forma a estabelecer as malhas de um império territorial. Para esse plano, necessitava do apoio e da disponibilidade dos homens, dispostos a embarcar em barcos de guerra e não de comércio, nos quais o peso era gerido em canhões e munições e não em fardos de especiarias ou outras maravilhas asiáticas.

Concomitantemente, o esforço de aparelhagem e armamento dos barcos que o rei e a cidade de Lisboa levavam a cabo era notável e impressionava os olhos mais atentos.<sup>19</sup> Os bombardeiros alemães, cujo incentivo para o embarque nas naus que partiam de Lisboa era superior ao que era dado aos portugueses<sup>20</sup>, eram fundamentais para a política de Afonso de Albuquerque. Os seus conhecimentos eram louvados já pelo cronista de D. Manuel, Damião de Góis, que na *Crónica* menciona mesmo um Rüdiger de Geldern e um Hans Freis que andavam pelas naus da Índia.<sup>21</sup>

Nas naus andavam também os artilheiros alemães que, em 1500, aquando do bombardeamento de Calecute, utilizaram pela primeira vez as poderosas «bocas de fogo», com as quais expeliam as temidas balas de canhão ao mesmo tempo que emitiam assustadoras chamas e reproduziam um barulho ensurdecedor.

Em Lisboa, a comunidade alemã era antiga e numerosa. Desde a Baixa Idade Média que Portugal estabelecera importantes relações comerciais com a Hansa e com a Alta Alemanha<sup>22</sup>, sendo desta última que

<sup>19</sup> «Vimos también un gran taller con muchos hornos, donde fabrican áncoras, balas, etc. y todo lo relacionado con el mar: todos los que había trabajando, estaban tan negros en su hornos, que los creerías cíclopes en la cueva de Vulcano. Vimos, finalmente, en cuatro grandes edificios, sus enormes y bellísimas balas, que estaban en número incontable; también dardos, escudos, corazas, morteros, espingardas, arcos, lanzas, y todo excelentemente fabricado y en la maior abundancia. No hablo de las otras cosas que andan dispersas por todo el mar en las naves. Los aparejos de Nüremberg no son nada en comparación con éstos. ¡Oh, cuánto plomo, cobre, nitro y azufre! ¡Todo está en la máxima abundancia, y el rey es hombre muy de su patria; no es pródigo, y todo lo ordena al mayor lucro!» Jerónimo MÜNZER, *Viaje por España y Portugal 1494–1495*, Madrid 1951, p. 73 (Prefácio de Manuel Gómez-Moreno, Tradução José Lopes Toro).

<sup>20</sup> MALEKANDATHIL, *The Germans*, p. 34–35; Pius MALEKANDATHIL, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India. 1500–1663*, New Delhi 2001, p. 163. Ver ainda as várias referências documentais de privilégios concedidos por D. João III a bombardeiros alemães e a favor da capela de S. Bartolomeu em Lisboa. Cf. José Justino Teixeira BOTELHO, *Novos subsídios para a história da artilharia portuguesa*, Lisboa 1944, vol. 1, p. 11.

<sup>21</sup> Damião de GÓIS, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel ...*, Lisboa 1566, vol. IV, p. 623 e 718.

<sup>22</sup> Ou seja, a Alemanha da Áustria, da Baviera, da Saxónia e da Boémia, que constituía

chegavam os artífices e os metais. Com o fortalecimento dos laços comerciais vinham também as pessoas, que se estabeleciam em casas e ruas contíguas, formando autênticos bairros de alemães. A maioria vivia na freguesia de S. Julião; mas, segundo as palavras de Jerónimo Münster (1437–1508), havia também alemães na Rua Nova.<sup>23</sup>

Era precisamente na igreja de S. Julião<sup>24</sup> que se situava a capela de S. Bartolomeu, destinada ao culto pelos germanos.<sup>25</sup>

A edificação que corresponde à primitiva *capela* de S. Bartolomeu dataria do século XIII, quando o comerciante alemão Overstädt a mandara construir no leito da margem do Tejo, num terreno de sua propriedade e junto à casa de habitação. O rei D. Diniz (1279–1325) teria mais tarde adquirido o terreno para fazer erguer outra igreja de maior dimensão, tendo prometido ao alemão que uma capela lateral no novo templo seria destinada a S. Bartolomeu. Tal veio a acontecer na igreja, concluída em 1291, e que em 1301 o rei doou ao Cabido da Sé de Lisboa, que destinou por sua vez uma sétima parte do rendimento de S. Julião para a confraria alemã.<sup>26</sup>

A ligação de D. Diniz à capela de S. Bartolomeu não será caso único entre os membros da família real portuguesa. Anos mais tarde, D. Leonor (1498–1558), terceira e última mulher de D. Manuel (o casamento foi celebrado em 1518), ofereceria à já bem provida capela uma série de preciosas relíquias do próprio santo, que eram expostas ao povo por altura da Páscoa.<sup>27</sup>

uma unidade própria forjada na língua e nos interesses comerciais comuns. MARQUES, *Hansa e Portugal*, p. 10.

<sup>23</sup> «Los más ricos, por lo general, son alemanes y holandeses. Viven en la plaza y en la rua Nova, que está construída al estilo alemán.» MÜNZER, *Viaje por España y Portugal*, p. 74.

<sup>24</sup> S. Julião era uma das mais antigas igrejas de Lisboa e ruiu completamente com o terramoto de 1755, altura em que a capela alemã foi transferida para a igreja de S. João Nepomuceno, então entregue aos frades alemães carmelitas. MORSDORF, *A irmandade*, p. 21–22. A igreja de S. Julião ficava entre as ruas do Ouro e Augusta, na altura da Rua da Conceição. Segundo a tradição, ali teria sido batizado Pedro Hispano, o papa João XXI. Raul PROENÇA, *Guias de Portugal. I – Lisboa e Arredores*, Lisboa 1988, p. 205 (texto integral que reproduz a 1.ª edição da Biblioteca Nacional, 1924. Apresentação e notas de Sant’Anna Dionísio).

<sup>25</sup> «A origem da Irmandade de São Bartolomeu é algo obscura. [...] ‘Desde tempos muitos [sic] antigos que os alemães domiciliados em Lisboa se haviam reunido numa Irmandade, cujo principal fim era cuidar da vida religiosa e, simultaneamente [sic], de actividades caritativas, cumprindo-lhes sobretudo a manutenção de um sacerdote alemão.’» Georg SCHREIBER, *Kulturelle Deutschumpflege auf der Iberischen Halbinsel*, Münster 1930, p. 42, cit. em MORSDORF, *A irmandade*, p. 13; ver também MARQUES, *Hansa e Portugal*, p. 145–146.

<sup>26</sup> MORSDORF, *A irmandade*, p. 20–21. Para outras formas de rendimento da confraria e capela ver MORSDORF, *A irmandade*, p. 21; e MARQUES, *Relações entre Portugal*, p. 23: «as heranças dos confrades falecidos sem herdeiros e sem testamento, com determinadas taxas ‘per capita’ e percentagens fixadas sobre mercadorias, e ainda com multas estabelecidas sobre o não cumprimento dos estatutos.»

<sup>27</sup> MORSDORF, *A irmandade*, p. 20.



A capela era administrada por uma irmandade de caráter canônico e podia ter por membro qualquer alemão ou descendente de alemão, independentemente da sua profissão.<sup>28</sup> Durante muito tempo gerida por comerciantes, passou no final de Quatrocentos a ser dirigida predominantemente pelos bombardeiros, razão pela qual ficou conhecida na documentação deste período como Confraria dos Alemães Bombardeiros.<sup>29</sup>

\*\*\*

Em Cochim, D. Francisco de Almeida (entretanto chegado de Lisboa) pensava num estratagema para convencer o rajá a deixar construir uma fortaleza em pedra, já que a tradição local não via com bons olhos o uso da pedra em edifícios que não se destinassem a albergar o príncipe ou a praticar o ritual do *puja*.

Demover Tirumulpad e os seus conselheiros não estava a ser tarefa fácil, mas a vontade de Francisco de Almeida em cumprir as ordens de Lisboa era férrea. Recorrendo ao inverossímil, ordena deliberadamente o ataque com fogo às defesas da feitoria feitas em madeira. Com a fortaleza ardeu, também, a primitiva capela de S. Bartolomeu.

O certo é que o vice-rei conseguiu realizar o seu propósito e a fortaleza, por conseguinte, foi reconstruída em pedra e cal. A igreja, porém, refez-se apenas em madeira.

A reconstrução da defesa começou no dia 3 de Maio de 1506<sup>30</sup>, dia da Invenção da Santa Cruz, já sob as ordens de Tomás Fernandes, o

<sup>28</sup> «Deste modo, pode concluir-se que a Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães não era, nem uma associação de classe temporal, nem uma Irmandade canónica restrita a uma determinada classe profissional. Era uma autêntica Irmandade aberta a todos os alemães estabelecidos em Lisboa, sem distinção de estado e profissão. A solidariedade das diversas profissões e estados era dada pela vizinhança local, pela veneração comum de São Bartolomeu e pelo reconhecimento comum dos fins que a Irmandade visava.» MORSDDORF, *A irmandade*, p. 14–19 [18].

<sup>29</sup> Na bibliografia em que me fundamentei para escrever este texto existe alguma confusão em torno das origens, religião e profissões dos membros desta irmandade. Por se basear em fontes e relatórios da própria comunidade (ainda que adiantadas, uma vez que o próprio autor confessa a dificuldade em estabelecer cronologias para a fundação e evolução mais recuada da irmandade, a que a perda do arquivo da confraria, aquando do terramoto de 1755, nada ajudara), tenho vindo a seguir a informação fornecida por Klaus Morsdorf que, a propósito do episódio da eventual dissidência entre comerciantes e bombardeiros e a criação de uma confraria de S. Sebastião – veja-se: MARQUES, *Relações entre Portugal*, p. 23; Paulo Drumond BRAGA, *Alemães na Lisboa Seiscentista. As conversões ao catolicismo*. In: *Portugueses no estrangeiro. Estrangeiros em Portugal*, Lisboa 2005, p. 283–303 [286] – é perentório ao afirmar que os sapateiros de origem alemã tinham uma irmandade profissional, possuindo capela própria, dedicada a S. Sebastião e situada atrás da capela de S. Bartolomeu, na mesma igreja de S. Julião. Mais tarde, os primeiros integrar-se-iam na Irmandade de S. Bartolomeu. MORSDDORF, *A irmandade*, p. 16.

<sup>30</sup> REGO, *História*, p. 109.

primeiro mestre-de-obras de pedraria português a ir para a Índia, e que foi colocado ao serviço da cidade de Cochim.<sup>31</sup>

Santa Cruz de Cochim, que de entreposto comercial passava a um núcleo urbano e cívico organizado, tornara-se sede do Estado da Índia em 1505 com a chegada do primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, que a escolheu por «capital» (até à substituição por Goa em 1530). Ainda que oficial e juridicamente só tenha obtido o estatuto de cidade em 1527 (com os privilégios da cidade de Évora), assiste-se logo à construção de uma série de equipamentos necessários à vivência quotidiana da população de origem europeia. Instalaram-se, assim, a igreja matriz de Santa Cruz (1506; Sé a partir de 1558, quando foi criada a diocese de Cochim), a reedificação da igreja de S. Bartolomeu, a Câmara, o Pelourinho, o hospital (1505), a igreja paroquial da Madre de Deus (1510), a Misericórdia (1527), os conventos e seus colégios. Os Franciscanos foram os primeiros, fundando a igreja de S. Francisco de Assis (1518), inicialmente em madeira e onde Vasco da Gama foi originalmente sepultado. Em 1518, os frades menores ergueram o convento de S. António que tinha, também, uma escola onde era ministrado o ensino a filhos de portugueses e a filhos de portugueses com mulheres locais.

Os Dominicanos, que foram para Cochim com Afonso de Albuquerque, abriram a sua casa em 1551. Os Jesuítas, chegados com a visita de S. Francisco Xavier em 1542, fundaram na já existente igreja da Madre de Deus um colégio da Ordem. Em 1550 edificaram a sua casa e logo a seguir, em 1560, o colégio e o noviciado, em 1562. Por fim, chegaram os Agostinhos, em 1572.<sup>32</sup>

Mas em 1506, junto com os novos muros em pedra da fortaleza, havia dois templos abertos ao culto, Santa Cruz e S. Bartolomeu. Este, ainda que refeito, ocupava na década de 50 o mesmo lugar da edificação inicial, a crer nas palavras de João de Barros.<sup>33</sup> O cronista confirma, afinal, aquilo que o próprio Afonso de Albuquerque escreveu de seu punho em Goa, na carta ao rei datada de 25 de Outubro de 1514, na qual explica a razão para o atraso das obras ordenadas pelo monarca. A principal preocupação do rei prende-se com o estado da edificação da nova igreja de Santa Cruz – «por ser aquela piçena e nam tall como a que vos alteza folgaria que fosse» – e Albuquerque remete as razões do atraso para António Real (capitão de Cochim e seu grande inimigo) e Lourenço Moreno (escrivão do feitor da carga, Gonçalo Gil Barbosa), que nada haviam feito. Mais, tinham usado o dinheiro, a pedra e a cal para as obras da fortaleza e, pior, para benefício próprio, nomeadamente, na construção de «paredes e cizternas de trigo das casas que Amtonio Reall

<sup>31</sup> Walter ROSSA, *Cidades Indo-Portuguesas*, Lisboa 1997, p. 36.

<sup>32</sup> Sobre este assunto veja-se CORREIA, *Os Portugueses*, particularmente os capítulos VII a X.

<sup>33</sup> Ver nota 10.

começava a fazer». Tendo voltado a Cochim, Albuquerque tentava pôr ordem na situação, mandando fazer um hospital nas casas que antes eram de Real e a régia «igreja logo alem do espitall hum pouco». Mencionava, também, a sua primeira fundação em solo indiano, a capela de S. Bartolomeu, agora totalmente devotada ao culto dos alemães: «e porque os alemães qerem fazer h~uua capela sua, tambem deixey o lugar determinado homde ha aviam de fazer».<sup>34</sup>

O capitão-mor beneficiava assim os bombardeiros alemães de que tanto precisava – num período particularmente difícil, em que já era manifesta a divisão em partidos, pró e contra Albuquerque, quanto às políticas a seguir em relação ao Estado da Índia –, ao ponto de os evocar numa carta que escreveu a D. Manuel, cujo tema principal era a edificação de igrejas (em Cochim e Goa) sob a égide do Padroado. Já antes, a 28 de Dezembro de 1509, ordenara ao tesoureiro de Cochim que pagasse três cruzados ao condestável-mor, Mestre Anes, e à sua companhia de cinquenta bombardeiros (todos eles originários da Alemanha).<sup>35</sup>

A comunidade alemã, por outro lado, agradecia as benesses e transformava-se num poderoso agente local, quer pela manutenção e desempenho privilegiado do seu ofício, quer por tender a fixar-se no território, através dos casamentos com mulheres locais convertidas ao Cristianismo (pelo menos numa fase inicial) e, mesmo, o abandono da profissão militar e a adoção da bem mais segura e lucrativa atividade de mercador e/ou de agente comercial.<sup>36</sup>

Por exemplo, em 1523, um carpinteiro originário da Alemanha ou da Flandres, que surge na documentação com o nome de João Luís, foi feito condestável-mor da Índia, tendo fundido canhões, balas e outros projéteis em Cochim. Inventou os *artifícios de fogo*, semelhante ao efeito que fora usado em Calecute em 1500, e desenvolveu a maquinaria de forma a evitar o risco de explosões. Em 1533, foi substituído no posto por Guilherme de Bruges, fundador da fábrica da pólvora em Goa. Não será certamente por acaso que um dos relatos dos acontecimentos da viagem da armada de Vasco da Gama, em 1502, tenha sido, mais uma vez, escrito em língua alemã (por um bombardeiro que nela participou, certamente) e que se tenha mantido na coleção de Philippine Welser, no castelo de Ambras perto de Innsbruck (até 1665, quando foi transferido para a Biblioteca Nacional de Viena), na posse de uma família ligada ao comércio das especiarias.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> Carta, Goa (1514 Outubro 25), Lisboa, DGAN – TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 16, doc. 67, publicada em PATO, Cartas, vol. 1, p. 289–300, que seguiu; e REGO, Documentação, vol. I, p. 216–218.

<sup>35</sup> Carta, Goa (1509 Dezembro 28), Lisboa, DGAN – TT, Corpo Cronológico, parte II, maço 19, doc. 184. Documento inédito cuja referência devo ao Prof. Doutor Rafael Moreira.

<sup>36</sup> MALEKANDATHIL, *The Germans*, p. 35–42.

<sup>37</sup> MALEKANDATHIL, *The Germans*, p. 33.

Uma última missiva de Afonso de Albuquerque completa a escassa documentação que conhecemos sobre a capela de S. Bartolomeu. É uma carta problemática, ainda que, por atestar a proteção que o capitão concedia à igreja de S. Bartolomeu, seja verosímil. Com efeito, o documento é datado de 30 de Dezembro de 1515, cerca de quinze dias após a morte de Albuquerque a bordo da *Flor da Rosa*, ainda antes de entrar no Mandovi. Nele, menciona-se já a existência de uma confraria de S. Bartolomeu, em Cochim, organizada administrativamente<sup>38</sup> e nele se isenta os alemães de imposto, a ser pago pela fazenda: «Eu capitam geral e governador das ymdias etc<sup>a</sup> per este me apraz que o marco de prata que hos mordomos de sam bartollameu aviam de pagar ao vigario gerall por mudarem a capella domde estava se pague á custa d el rey noso senhor porquanto lhe faço merce d ele em nome de sua alteza, e per este mandó ao feitor de cochim que lh o pague loguo, e per este meu alvará semto (sic) dos ditos spriva~es vos sera levado em comta ...»<sup>39</sup> Como propõe António da Silva Rego, o capitão-mor teria deixado alguns documentos assinados na última estada em Cochim, no ano de 1514, utilizados mais tarde, provavelmente, ainda antes de ser conhecida a morte de Afonso de Albuquerque.

\*\*\*

Com o que atrás fica escrito, tentei trazer a lume uma série de dados para os quais proponho uma nova interpretação. Quis, assim, contribuir para o esclarecimento dos acontecimentos em torno da fundação e estabelecimento da capela de S. Bartolomeu em Cochim. Parece-me inequívoco que, com a chegada dos primeiros (poucos) portugueses à costa do Querala, chegou também um contingente de militares, essenciais para as campanhas no mar, fortemente identificado com as nações que formavam o território do Sacro Império Romano-Germânico. A comunidade de origem europeia fixou-se na fortaleza erguida em terras do rajá Tirumulpad e assistiu-se a um episódio deveras interessante: a edificação de dois templos para culto, um sob a égide real, com invocação da Santa Cruz, para a comunidade em geral; outro, sob patrocínio de

<sup>38</sup> A confraria, ou pelo menos, a igreja de S. Bartolomeu parece ter-se mantido durante bastante tempo em Cochim. Todavia, os dados são escassos e, por volta de 1530, o afluxo de bombardeiros alemães à Índia diminuiu consideravelmente; parece que os portugueses, nomeadamente, aqueles que começavam a ser perseguidos pela Inquisição em Portugal, tendiam a tomar conta dos lugares antes ocupados pelos germanos. Por outro lado, os alemães tendiam a empregar-se no comércio e mesmo a colocar-se ao serviço dos governantes locais, uma vez que combinavam uma série de conhecimentos úteis: tinham anos de experiência nas «coisas da Índia», possuíam conhecimentos técnicos do sistema administrativo e comercial ocidental e, principalmente, dominavam a língua portuguesa. MALEKANDATHIL, *The Germans*, p. 40.

<sup>39</sup> Carta, Goa (30 Dezembro de 1515), Lisboa, DGAN – TT, Corpo Cronológico, parte II, maço 62, doc. 133, publicado em PATO, *Cartas*, vol. 2, p. 157, que seguiu; e REGO, *Documentação*, p. 276.

Afonso de Albuquerque, com a invocação de S. Bartolomeu que, servindo a comunidade alemã, servia também a visão messiânica de procura de cristãos no sub-contidente indiano, estabelecendo assim um corredor de Críandade até às ilhas e penínsulas banhadas pelo Golfo do Sião e pelo Mar da China Meridional.

Infelizmente a documentação escrita é escassa. Podemos, ainda assim, recorrer ao testemunho descritivo e visual que constituem as plantas antes e depois da queda de Cochim, à mão dos Holandeses, em 1663.

Cerca de cem anos após os acontecimentos que a documentação escrita nos dá a conhecer, o engenheiro-mor da Índia, Júlio Simão, desenhou uma boa planta da praça de Cochim.<sup>40</sup> Em 1610 a cidade apresentava-se aberta para o mar e para terra hindustânica, com a qual se ligava através de uma língua de terra e por meio de uma simbólica ponte, que não era franqueada.

A capela de S. Bartolomeu surge em lugar de grande destaque, na zona mais antiga da cidade e como que isolada numa grande praça frente ao mar, defronte do cais e muito perto do principal baluarte. Este baluarte circular foi construído por Afonso de Albuquerque e denominado de Santa Cruz. Seguindo as palavras do capitão-mor, a igreja encontrava-se ao lado do hospital real, não longe da Sé, a antiga matriz que antes trazia moléstia a D. Manuel.

Vê-se pelo desenho de Simão que a preocupação com o levantamento da cidade de Cochim era mais topográfica que descritiva; assim, limita-se a esboçar os contornos do «peso da pimenta», dos baluartes e cais, da feitoria, da Sé e, depois, a nomear os edifícios mais importantes. S. Bartolomeu lá está, mas não merece desenho da fachada.

Pela mesma altura, Manuel Godinho de Erédia concluía o atlas *Plantas das Praças das Conquistas de Portugal*, que o vice-rei Rui Lourenço de Távora lhe havia encomendado e onde retrata Cochim. Também este debuxo revela as preocupações subjacentes à execução do atlas, essencialmente militares e defensivas, e que justificam, por isso, a exiguidade descritiva e a seleção de referências do autor.<sup>41</sup> Todavia, há uma atenção pormenorizada à diferenciação entre os edifícios, há um esforço evidente em colocá-los corretamente na malha urbana e, tanto quanto possível, dentro de um sistema de importância e conseqüente escalonamento dos volumes. S. Bartolomeu encontra-se nomeado e desenhado.

<sup>40</sup> Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental, 1610, fol. 72, manuscrito guardado em Vila Viçosa, Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa – Fundação Casa de Bragança, cód. 1471 e publicado em Luís SILVEIRA, Livro das plantas das fortalezas das cidades e povoações da Índia Oriental, Lisboa 1991.

<sup>41</sup> Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 3.<sup>a</sup> divisão, 47.<sup>a</sup> secção, n.º 3730, estante AV2 (fotografias a p/b dos originais do atlas *Plantas das Praças das Conquistas de Portugal / Feitas por ordem de Ruy Lourenço de Távora / Vizorey da Índia. Por Manoel / Godinho de Eredia Cosmographo em 610* com a cota 3-1-33 da secção de estampas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

A leitura visual dos desenhos com representação de objetos nas plantas desta época (e, nomeadamente, destes conjuntos de encomendas régias) permite-me concluir que se encaixa nos modelos comuns à descrição de *topos* arquitetónicos, ou seja, não são expressões necessariamente fiéis à «realidade», mas antes tipificações representativas de noções apriorísticas do real, sejam elas igrejas, palácios, hospitais ou outras. Todavia, esta planta de Erédia merece particular crédito e parece-me, aliás, a mais interessante das que exibem S. Bartolomeu.

Erédia possuiria competências na interpretação e representação de arquiteturas, adquiridas anos antes através do contacto com o engenheiro-mor italiano Giovanni Battista Cairati (chegado à Índia com o vice-rei D. Duarte de Meneses, que governou o *Estado* entre 1584 e 1588, precisamente para fazer um rigoroso levantamento das fortalezas e baluartes portugueses), para além de ser leitor assíduo de Vitruvius, que cita nos seus textos. Por outro lado, é muito provável que tivesse vivido por largo período em Cochim, que deveria, por isso mesmo, conhecer ao pormenor.<sup>42</sup>

Assim, tomo como correta a interpretação que Erédia nos deixou em 1610 e que a planta posterior replica, como adiante veremos, com ligeira modificação.

A igreja situa-se de novo destacada e isolada numa praça, mesmo em frente a um dos cais, rodeada de casario do outro lado, para Este. É possível identificar o corpo único da nave, coberto por um telhado inclinado de duas águas, uma porta e, a encimá-la, um óculo; no tardo, um volume mais baixo a servir de capela-mor, certamente manuelina.

Cerca de vinte anos mais tarde, D. Filipe III (que reinou em Portugal entre 1621 e 1640) encarregou o vice-rei Conde de Linhares de lhe fazer uma descrição completa das várias fortalezas do Estado da Índia. António Bocarro é então apontado para a tarefa, que terminou por volta de 1635 e que foi completada com uma série de plantas pintadas por Pedro Barreto de Resende, feitas essencialmente através dos conhecimentos tidos como mais corretos na altura.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> Sobre este assunto veja-se «Introdução geral. Manuel Godinho de Erédia e os seus tratados geográficos» por Rui Manuel Loureiro em Manuel Godinho de ERÉDIA, *Informação da Aurea Quersoneso*, Lisboa 2008, p. 22–23 (Introdução, fixação do texto e anotações de Rui Manuel Loureiro).

<sup>43</sup> *Livro das Plantas de todas as Fortalezas Cidades e Povoações do Estado da India Oriental*. Desta obra fizeram-se duas vias: uma está atualmente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cód. CXV-2-1 (com 48 plantas publicadas em António BOCARRO, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Estudo histórico, codicológico, paleográfico e índices de Isabel Cid. Lisboa 1992, 3 vols.) e a outra, na Biblioteca Nacional de Paris (publicadas a p/b em Arquivo Português Oriental. Lisboa 1936–1940, tomo IV, vol. 2). A partir destes livros, foram feitas cópias ou adaptações: é o caso do exemplar da Biblioteca Nacional de Madrid, por João Teixeira Albernaz I; o dos Arquivos Governamentais de Ceilão, por um autor de identidade ainda desconhecida; o Atlas de

O desenho sofreu de uma espécie de deslocamento em alguns dos equipamentos: o quarteirão do hospital foi como que «puxado» para trás e colocado paralelamente à fortaleza; isto leva ao reenquadramento da matriz – já como Sé e identificada pelas ameias que o corpo central da construção ostenta, também presentes no desenho de Erédia –, colocada na praça do pelourinho e de S. Bartolomeu, e não na praça da Câmara e Misericórdia onde, de facto, se localizava.

S. Bartolomeu lá está – ainda que não venha referida no texto, o que atestará a sua já pouca importância – junto a um poço e a um cruzeiro. Pelo desenho, mais ingénuo que o de Erédia, mas eficaz, percebe-se a nave única, a porta, o óculo, a capela-mor e, novidade, uma torre a separar estes dois corpos, não me parecendo, contudo, que fosse erguida sobre a chave de um eventual cruzeiro.

Atendendo às datas de ambas as plantas, é possível que a torre que aparece na planta de Resende seja resultado de melhoramentos na igreja. Estes melhoramentos podem, inclusive, refletir uma situação de decadência extrema da igreja, que através de beneficiações de vária índole procurava sobreviver. Por esta altura a igreja já não pertenceria à irmandade dos alemães. O número de bombardeiros diminuiria consideravelmente com a mudança da capital para Goa e a consequente perda de importância de Cochim. É provável que, numa primeira fase, a irmandade tivesse continuado na mão dos comerciantes de origem teutónica, mas com o tempo também estes se deslocaram ou partiram de regresso à Europa.

Em 1666, na edição póstuma da *Ásia Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa, imprimiu-se nova imagem de Cochim.<sup>44</sup> É provável que esta tenha sido a última planta da cidade a ser desenhada sob administração portuguesa, antes da conquista holandesa. Muito semelhante ao desenho de Erédia de 1610, revela atenção nas formas que são dadas a alguns bairros, para além de nomear, recorrendo a uma legenda, trinta e oito locais notáveis da cidade. Percebe-se, todavia, que é a memória que dirige a execução da planta; por exemplo, a Sé aparece indistinta e tosca, o velho baluarte de Santa Cruz é chamado de «novo» e a igreja de S. Bartolomeu (se é que ainda existia) mistura-se no meio do casario que forma o quarteirão do hospital.

Esta planta feita em gravura serviu, não obstante, de fonte de inspiração para as inúmeras outras gravuras de Cochim publicadas pela Europa. A exceção seriam, obviamente, os livros com origem na Holanda, uma vez que a recém conquistada cidade se tornara alvo de reflexão e de propostas de remodelação urbana e militar.

1663, da Biblioteca da Ajuda, com plantas de João Nunes Tinoco; e o exemplar de 1646, no Museu Britânico de Londres.

<sup>44</sup> Manuel de Faria e SOUSA, *Ásia Portuguesa*, Porto 1945–47 [1666], vol. 1, entre p. 160–161.

Na gravura publicada por Baldeus, a cidade de Santa Cruz de Cochin foi graficamente arrasada e transformada em rigorosos quadriláteros, que definem os antigos quarteirões. Esta tão crua imagem correspondia, grosso modo, à realidade: o que não caíra com o tempo e a decadência geral da praça fora quase completamente destruído aquando da tomada da cidade ou rapidamente transformado em outra coisa; foi o que aconteceu com a vetusta igreja franciscana que, por ter sido devotada ao culto protestante, sobreviveu à voragem holandesa e ainda hoje se ergue em Fort Cochin.

S. Bartolomeu desapareceu da legenda, que nomeia quase só as construções mais imponentes antes de serem destruídas.<sup>45</sup>

\*\*\*

Os acontecimentos em torno da história da igreja de S. Bartolomeu de Cochin que atrás analisei são um mero episódio no imenso romance que foi a vida de Afonso de Albuquerque. Do contemporâneo de Erasmo, do criado de D. Manuel, do homem que privou com reis e príncipes da Europa e com vizires, rajás e sultões da Pérsia e da Índia não se poderia esperar outra coisa que não uma estratégia de grandeza.

Mas a vida de Afonso foi também cheia de dificuldades e disputas, foi uma luta constante pelas ideias em que acreditava e pela consolidação do poder da coroa portuguesa nos mares da Ásia. Na carta que escreveu ao rei, pouco antes de morrer, encomendando Brás, seu filho natural, afirmava que apenas tinha para deixar os seus bens, que dizia serem poucos, e o crédito dos seus serviços, esses sim, imensos. Nas suas doridas palavras, «as coisas da Índia falariam por si» e o seu único desejo era morrer em Goa, agora que sabia que os seus inimigos vingavam na corte de Lisboa e que o rei o mandava chamar para recompensar com honras e lisonjas cortesãs sem lhe dar, contudo, a única coisa que desejava: o vice-reinado.

Não foram só «as coisas da Índia» que falaram por Afonso de Albuquerque; o seu mecenato artístico fê-lo também. Atento à sua condição e ao seu tempo, Afonso perpetuou a memória da família (patrocinando, por exemplo, o convento da Graça em Lisboa, onde estavam sepultados os avós), ao mesmo tempo que construiu a sua própria *persona* de vice-rei sem vias oficiais.

O seu mecenato arquitetónico é um espelho dessa postura. É certo que, entre todos os imensos patrocínios do capitão-mor, o do oratório de S. Bartolomeu em Cochin não é o que mais se destaca. Tem, contudo, algumas particularidades dignas de atenção: terá sido a primeira edificação (pelo menos uma das primeiras, certamente) a ser erguida na Índia sob a sua égide; por outro lado, a escolha do orago pode advir da

<sup>45</sup> Philippus BALDEUS, Naauwkeurige Beschryvinge van Malabar en Choromandel, Dez zelve aangrenzende Ryken, En het machtige Eyland Ceylon, Amsterdam 1672, entre p. 126–127.



procura do verdadeiro apóstolo a ter evangelizado o Hindustão, mas S. Bartolomeu servia-lhe outro propósito. Ao contrário de S. Tomé, que tivera de ver para crer, S. Bartolomeu fora toda a vida um modelo de consistência, uma pessoa segura e firme, não só pela sua sabedoria mas, sobretudo, pela dedicação incondicional à sua causa e ao seu mentor, que levou a sua avante, mesmo que isso o conduzisse ao martírio.

#### Abreviaturas

Cap. – capítulo  
 Cit. – citado / citação  
 Cód. – códice  
 Dir. – direção  
 Doc. – documento  
 Ed. – Edição / Editado por  
 Fol. – fólio  
 N.º – número  
 P. – página  
 p/b – preto e branco  
 Vol. / Vols. – volume / volumes

#### Der Hl. Bartholomäus, Afonso de Albuquerque und die deutschen Kriegsschiffe. Eine künstlerische Episode in Cochim (Zusammenfassung)

Die Geschichtsschreibung zur Niederlassung der Portugiesen in Cochim zeichnet sich eher durch Lücken als erzählerische Kontinuität aus. Obwohl der Ort ein begehrter Handelsplatz war, den die Portugiesen im Jahr 1500 begründeten, führten die Einnahme und Eroberung durch die Holländer 1663 zu einem schnellen Verschwinden aus dem Gedächtnis, dem lokalen Gedächtnis und seltsamerweise ebenfalls dem historiographischen, das sich – mit der ehrenwerten und fast ausschließlichen Ausnahme der Arbeiten von José Alberto Rodrigues da Silva Tavims – nur am Rande damit beschäftigt hat, die Errichtung der befestigten Stadt an der Küste Keralas nachzuvollziehen.

Dieses historiographische Desinteresse zeigt Parallelen zur Analyse künstlerischer Produktionen. Die Pionierarbeiten von Hélder Carita stammen aus den 1980er und 1990er Jahren, und sein jüngster Titel *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala* wurde 2008 veröffentlicht. Auf der anderen Seite hat sich auch die Geschichte der deutschen Präsenz auf indischem Gebiet – unter portugiesischer Verwaltung oder auch nicht – auf einige Namen und Begebenheiten konzentriert.

Vor diesem Hintergrund wenig zusammenhängender Geschichtsschreibung und ohne eine Überblicksdarstellung – sei es in Bezug auf die kulturelle und künstlerische Präsenz der Portugiesen in Cochim,

sei es in Bezug auf die deutsche Präsenz in Asien – werden einige geschichtliche Aspekte der Errichtung der Kirche S. Bartolomeu von Cochín erörtert, um damit zum Verständnis ihrer architektonischen Beschaffenheit beizutragen.

Neben den Informationen aus den dokumentarischen Quellen und der Geschichtsschreibung dienen ikonographische Zeugnisse dazu, die Geschichte der Kirche zu erörtern, und zwar die Aufzeichnungen Júlio Simões (1610, in der Bibliothek Paço Ducal von Vila Viçosa), Manuel Godinho de Erédias (1610, in der Nationalbibliothek von Rio de Janeiro), Pedro Barreto de Resendes (ca. 1635, in der Öffentlichen Bibliothek und dem Distriktsarchiv von Évora) und die von Philippus Baldeus in *Ásia Portuguesa* veröffentlichten Bilder von Manuel de Faria e Sousa (1666) (*Naaunkeurige Beschryvinge van Malabar en Choromandel*, 1672).

Bis auf die Ursprünge der portugiesischen Sesshaftwerdung in Cochín zurückgehend, die in Hinblick auf die Persönlichkeit ihres Gründers Afonso de Albuquerque gezeigt werden, wird die Geschichte von der Errichtung bis zur Zerstörung der Kirche nachvollzogen. Dabei haben der Standort im städtischen Geflecht des portugiesischen Cochín und formale Einschränkungen wie auch Zufälligkeiten und Versuche, das Bauwerk zu erhalten, dazu beigetragen, dessen äußere Erscheinung zu verändern.

*Übersetzung: Isabel da Silva Francisco*